

FREDERICO MAZZUCHELLI

Os anos de chumbo

Economia e política internacional
no entreguerras

1ª edição
Campinas, 2009



CAPÍTULO 1

A OFICINA DO MUNDO E O LIVRE-CÂMBIO: NOTAS SOBRE A ORDEM LIBERAL BURGUESA

Logo ao início de sua movimentada *Viagem pelo tempo econômico* (1994: 7-8), Galbraith observa:

Estou convencido, como muitos outros, de que o grande ponto de mutação da história econômica moderna, aquele que mais do que qualquer outro introduziu a era moderna da economia, foi a Grande Guerra de 1914-18, depois reduzida à expressão mais modesta, e, no todo, menos exata e expressiva, de Primeira Guerra Mundial. (...) Na verdade, estaria correto chamar a Primeira Guerra Mundial de Grande Guerra; a Segunda Guerra foi a sua última batalha.

De fato, a Grande Guerra de 1914-18, dramaticamente descrita nas frentes de combate por Erich Maria Remarque no clássico *Nada de novo no front*, assinala o fim da chamada Ordem Liberal Burguesa. A Belle Époque e a Pax Britannica se transformam, então, em lembranças nostálgicas de um mundo perdido para sempre. O mosaico político da Europa se estilhaça, e se abre uma era de incertezas, contradições, ressentimentos e conflitos que culmina com a invasão da Polônia em 1939 (Overy, 1995: 3; 7; 10). O fim da guerra, além da derrota dos Impérios Germânico e Austro-Húngaro, trouxe consigo o colapso da ordenação mundial comandada pela Inglaterra. Nesse sentido, ela representa, também, a sua derrota...

A hegemonia inglesa remonta ao caráter pioneiro de sua industrialização, à força de sua marinha, à extensão de seu império e à dimensão internacional de suas finanças. Foi a partir desses pilares que a Inglaterra pôde liderar a organização da economia e da política mundiais, desde o final das guerras napoleônicas até o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando. Essa foi uma ampla e complexa estruturação, aparentemente estável e duradoura, que não pôde, contudo, resistir às transformações engendradas em seu próprio seio. A Pax Britannica culminou com a exacerbação das rivalidades nacionais, com o conflito sangrento e a sucessão de desencontros que se iniciam já em 1919 com o Tratado de Versailles.

PERIODIZAÇÃO

A ordem liberal burguesa corresponde ao período que se estende desde a consolidação da Revolução Industrial na Inglaterra até a eclosão do primeiro conflito mundial.

Trata-se de uma *ordem* porque diz respeito a uma estruturação — um ordenamento — internacional da economia e da política mundiais comandada pela Inglaterra.

Essa ordem é *liberal* porque tem como características centrais a livre movimentação de mercadorias, capitais e homens e a relativa dissociação entre a ação do Estado e a acumulação de capital. Desde logo, a emergência do protecionismo comercial e a ativa presença do Estado nas industrializações atrasadas e na corrida colonial do último quartel do século XIX permitem a identificação de dois subperíodos distintos: o primeiro, que se prolonga sem maiores contradições, desde a década de 1830 até a Grande Depressão (1873-96); e o segundo, marcado pela crescente exacerbação das rivalidades nacionais, da Depressão ao conflito mundial.

Trata-se, por último, de uma ordem *burguesa* porque diz respeito à generalização das relações econômicas, sociais e políticas do capitalismo por todo o mundo.

As observações anteriores requerem algumas qualificações. Barbosa de Oliveira, em seu magnífico trabalho,¹ observa que as características da era

1. *Processo de industrialização — Do capitalismo originário ao atrasado* é uma obra fundamental. Nela, o rigor teórico, a precisão da análise histórica e a construção certa das “categorias da mediação” combinam-se de maneira ímpar. Este ensaio está declaradamente apoiado em suas conclusões.

concorrencial do capitalismo — notadamente a livre circulação de mercadorias e a relativa exterioridade do Estado frente à acumulação de capital — tiveram plena vigência até a Grande Depressão. Nesse período, “a nova ordem internacional reproduziu-se de forma relativamente equilibrada”, graças à “articulação de interesses promovida pelo capitalismo inglês, articulação na qual o dinamismo da economia britânica era difundido ao resto do mundo” (B. Oliveira, 2002: 198). Hobsbawm (1977b: 58), a propósito, observa que, na Era do Capital (1848-75), “a expansão geral do comércio mundial beneficiou a todos, mesmo que beneficiasse desproporcionalmente a Inglaterra”.

Esse é o momento em que a Inglaterra se afirmou como a “oficina do mundo” (*workshop of the world*). As relações entre Estado e acumulação eram, então, manifestamente tênues, o que permite caracterizar o Estado liberal como um fenômeno associado ao capitalismo concorrencial:

[O] capitalismo concorrencial conforma uma estrutura econômica cuja reprodução é regulada por mecanismos puramente econômicos (...). [A] expansão do capital na era concorrencial podia dispensar apoios externos, que na fase da acumulação primitiva foram oferecidos pelo Estado absolutista. Por essas razões, podemos associar teoricamente essa estrutura concorrencial do capitalismo ao Estado liberal. (B. Oliveira, 2002: 177.)

Hobsbawm, na mesma linha, relaciona a “não convergência entre a política e a economia” como um dos atributos marcantes do período concorrencial. Referindo-se às características da economia mundial na Era dos Impérios (1875-1914), o eminente historiador (1988: 83-4) observa “a crescente convergência” entre a política e a economia como uma das dimensões ou “sintomas do retraimento da economia da livre concorrência, que fora o ideal — e até certo ponto a realidade — do capitalismo de meados do século XIX”.

A Grande Depressão, por sua vez, é um ponto de inflexão, “uma fase de transição entre a etapa concorrencial do capitalismo e a monopolista” (B. Oliveira, 2002: 238). A ordem liberal burguesa se transfigura, já que a ação deliberada do Estado — o que inclui o crescente protecionismo comercial da década de 1880 — passa a ser um elemento determinante na vida das nações. Após a Depressão — que atingiu de modo especial a economia inglesa —, a Inglaterra assiste à progressiva superação de sua indústria pela

concorrência americana e alemã nos mercados mundiais. A partir de então, sua dependência face às operações da City, à ação de sua rede de serviços internacionais (fretes, seguros, *traders*) e às relações com o império, torna-se crucial. Ao mesmo tempo, a concorrência internacional se exacerba, e culmina com a vertiginosa corrida colonial de fins do século XIX.

Ressalte-se, contudo, que essas transformações se dão em um contexto de forte expansão econômica geral e de preservação da mais ampla mobilidade dos movimentos internacionais de capital e de mão de obra (Hobsbawm, 1988: 68; 73). Mais ainda, o período 1870-1914 corresponde ao apogeu do padrão-ouro. Tal regime supunha não apenas a centralidade da praça financeira de Londres e a credibilidade quanto à defesa intransigente da paridade das moedas com o ouro — *the commitment to gold* —, mas também a efetiva cooperação entre os países (Eichengreen, 1995: xi; 2000: 57; 63). O que se tem, assim, é a cooperação em meio às rivalidades políticas e comerciais, em um ambiente de crescimento eufórico no núcleo capitalista central (já incluídos, aí, os Estados Unidos) e de livre movimentação financeira internacional.

Desse modo, os subperíodos acima mencionados referem-se, respectivamente, à etapa concorrencial e à transição e configuração inicial da etapa monopolista do capitalismo.

É essencial destacar, contudo, que a hegemonia inglesa, na aurora do século XX, vinha sendo progressivamente solapada pelo fortalecimento político e pelo extraordinário crescimento econômico das nações rivais. Se a brutalidade da Primeira Guerra Mundial sancionou o seu fim, é porque seus fundamentos não tinham mais a mesma vitalidade exibida na exposição de Crystal Palace em 1851.

A INDUSTRIALIZAÇÃO ORIGINÁRIA

Convém reconstituir, em grandes linhas, a trajetória dessa hegemonia. Estabelecidas certas precondições essenciais (revolução agrícola, com a consequente liberação da mão de obra do campo; constituição do Estado nacional e difusão das relações mercantis através da expansão do capital comercial, do *putting out* e da manufatura; articulação internacional, decorrente da posição dominante adquirida no comércio mundial), a Inglaterra passa a observar transformações decisivas no último quartel do século XVIII (B. Oliveira, 2002: 164-71).

Destaque-se, de início, que as transformações tecnológicas verificadas não decorreram de uma suposta (até porque duvidosa!²) superioridade científica da Inglaterra *vis-à-vis* os países da Europa Continental. As inovações, na produção têxtil e na energia a vapor, foram introduzidas por “homens práticos”, em verdade “trabalhadores especializados, que iam acumulando conhecimentos sobre os materiais utilizados e desenvolvendo suas habilidades e capacidade criadora” (B. Oliveira, 2002: 164). Não havia nenhuma conexão mais profunda com a *hard science* e, de fato, “o que diferenciava a Inglaterra de outros países europeus não era a capacidade de criar inovações, mas a rápida e muitas vezes generalizada incorporação das invenções ao processo produtivo”. Essa “generalizada incorporação”, por sua vez, era “uma resposta aos entraves ao aumento da produção que progressivamente se manifestavam” (B. Oliveira, 2002: 165). E se tais entraves se manifestavam é porque a produção mercantil já abarcava a maior parte das relações econômicas internas e externas da Inglaterra.

Nesse processo, os emergentes industriais eram pequenos proprietários que obtinham os recursos para o capital fixo e circulante junto aos comerciantes e ao sistema bancário. Em muitos casos os próprios comerciantes se transformavam em industriais:

[Alguns] comerciantes tornavam-se eles próprios industriais. Nesse processo de metamorfose do capital comercial em capital industrial, deve-se dar destaque aos capitais acumulados no tráfico negreiro e no comércio colonial que fluíam para Manchester. Assim, o colonialismo escravista garantiu não somente mercados em expansão, mas também foi capaz de fornecer expressivos montantes de capitais para a nascente indústria, manchando com o sangue de escravos africanos a raiz do futuro liberalismo manchesteriano. (B. Oliveira, 2002: 166-7.)

Em seu judicioso estudo sobre as relações entre bancos e indústria na Inglaterra, Collins (1991: 15-6) observa que, durante a Revolução Industrial, as necessidades de financiamento versavam, basicamente, sobre o crédito comercial (capital circulante) de curto prazo:

2. “Qualquer que tenha sido a razão do avanço britânico, ele não se deveu à superioridade tecnológica e científica. Nas ciências naturais os franceses estavam seguramente na frente dos ingleses” (Hobsbawm, 1977a: 45).

É um fato amplamente aceito que, durante o período da “revolução industrial” (1760-1830, aproximadamente), a escala relativamente limitada das operações industriais e a natureza elementar da tecnologia empregada significaram que, para a maior parte das indústrias, as necessidades de financiamento de curto prazo para o capital de giro fossem superiores às requeridas para o capital fixo (plantas, máquinas etc.). (...) Os industriais da época preferiam utilizar os fundos internos das empresas (lucros não distribuídos) e/ou os recursos de amigos e conhecidos para financiar as exigências de capital fixo, ao invés de tomar empréstimos junto às instituições financeiras. Como resultado, a demanda da indústria por recursos de longo prazo junto aos bancos não era grande (...). Ao contrário, os requerimentos principais eram por empréstimos de curto prazo (...).

Apesar da reduzida demanda de crédito pelas empresas (cuja natureza era tipicamente familiar), da pequena escala dos bancos ingleses em fins do século XVIII, de sua vulnerabilidade e de sua preferência por operações de prazo mais curto, as eventuais necessidades de crédito de longo prazo também foram atendidas adequadamente pelos bancos. Há consenso quanto ao fato de que o sistema bancário inglês contribuiu para o financiamento à indústria através de créditos renováveis de curto prazo. Mais ainda, dado que os requisitos de capital e as escalas de operação eram relativamente modestos, e que a expansão industrial se fundava, basicamente, na reinversão dos lucros correntes, configurou-se um padrão de relacionamento em que os bancos não participavam diretamente da organização da indústria.³ Por fim, os requerimentos da infra-estrutura econômica (estradas, canais, pontes, portos etc.) foram atendidos — da mesma forma — pela ação de capitais privados com o apoio do sistema bancário.⁴

O fato é que a indústria têxtil na Inglaterra literalmente revolucionou a estrutura econômica e social: em 1785 estima-se que, além de Londres, havia apenas três cidades com mais de 50.000 habitantes na Inglaterra e na Escócia. Setenta anos mais tarde (1855), já eram mais de trinta! Manchester, que em 1772 tinha 25.000 habitantes, em 1851 registrou 455.000 habitantes (Palmer & Colton, 1995: 459). A descrição dessa cidade-símbolo,

3. Collins (1991: 16-8); Hobsbawm (1977a: 52); B. Oliveira (2002: 167; 170).

4. B. Oliveira (2002: 167-8); Hobsbawm (1977a: 68).

feita por Tocqueville em 1835, e reproduzida por Hobsbawm (1977a: 43), é digna de registro:

Desta vala imunda a maior corrente da indústria humana flui para fertilizar o mundo todo. Deste esgoto imundo jorra ouro puro. Aqui a humanidade atinge o seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade, aqui a civilização faz milagres e o homem civilizado torna-se quase um selvagem.

A “atmosfera envolta em neblina e saturada de fumaça, na qual as pálidas massas operárias se movimentavam” (Hobsbawm, 1977: 69) era um cenário degradante que, cruzando o oceano, se estendia e se entrelaçava aos horrores das plantações escravistas de algodão do sul dos Estados Unidos.⁵ Se a produção têxtil inglesa teve tamanho poder transformador, é porque a Inglaterra — sobretudo após Waterloo — já era “senhora dos mares” e gozava de “uma posição praticamente monopolista no mercado mundial” (B. Oliveira: 169).⁶ A indústria têxtil inglesa se direcionou de modo progressivo para as exportações, inundando a Europa Continental e “os mercados colonial e semicolonial”.⁷ Não por acaso, em 1817, Ricardo, ao mesmo tempo que advogava a eliminação das Corn Laws, estabeleceu o famoso postulado das vantagens comparativas no comércio internacional: para a Inglaterra, alimentos e matérias-primas. Para o resto do mundo... manufaturas inglesas.

Do ponto de vista das relações setoriais, importa destacar que a indústria têxtil na Inglaterra, por sua própria extensão e dinamismo, foi capaz de irradiar estímulos que se propagaram para as indústrias de mineração

5. “Depois da década de 1790 as plantações escravagistas do sul dos EUA foram aumentadas e mantidas pelas insaciáveis e vertiginosas demandas das fábricas de Lancashire, às quais forneciam o grosso da sua produção de algodão bruto” (Hobsbawm, 1977a: 50).

6. Ver, também, Hobsbawm (1977a: 49-50; 54).

7. “Em termos de vendas, a revolução industrial pode ser descrita, com a exceção dos primeiros anos da década de 1780, como a vitória do mercado exportador sobre o doméstico: por volta de 1814, a Grã-Bretanha exportava cerca de quatro jardas de tecido de algodão para cada três usadas internamente, e, por volta de 1850, treze para cada oito. E dentro desse mercado exportador em expansão, por sua vez, os mercados colonial e semicolonial, por muito tempo os maiores pontos de vazão para os produtos britânicos, triunfaram. (...) [Por] volta de 1840 a Europa adquiriu 200 milhões de jardas, enquanto as áreas ‘subdesenvolvidas’ adquiriram 529 milhões” (Hobsbawm, 1977a: 51). O caso da Índia merece destaque: “A Índia foi sistematicamente desindustrializada e passou de exportador a mercado para os produtos de algodão da região de Lancashire: em 1820, o subcontinente adquiriu somente 11 milhões de jardas; mas por volta de 1840 já adquiria 145 milhões.” Idem, *ibidem*.

do carvão, metalurgia do ferro, máquinas a vapor, construção civil e infraestrutura em geral. Assim, ao contrário do que irá ocorrer nas industrializações atrasadas, “na Inglaterra a mecanização dos têxteis criou condições para o surgimento do departamento I” (B. Oliveira, 2002: 169-70).⁸

As transformações da agricultura inglesa (*enclosures*), por fim, já haviam liberado enormes contingentes de trabalhadores, aptos para serem empregados na indústria. Os avanços da produção fabril, por sua vez, destruíam as formas de produção preexistentes e lançavam novos contingentes de trabalhadores à disposição da indústria. Ao atentar para o ímpeto da industrialização inglesa, Marx (1966, I: 538; 542) estabeleceu a conclusão definitiva de que o regime do capital (vale dizer, a grande indústria erigida sobre a base da maquinaria) cria, ao mesmo tempo, a demanda e a oferta de trabalho: “conforme cresce a força produtiva do trabalho, o capital faz crescer sua oferta de trabalho mais rapidamente que sua demanda de trabalhadores (...) Quando a acumulação aumenta, em uma frente, a demanda de trabalho, aumenta, também, em outra frente, a oferta de trabalhadores, ao deixá-los ‘disponíveis’ (...)”.⁹ Se os trabalhadores estavam efetivamente livres e “disponíveis” para trabalharem na indústria, era necessário, contudo, que se adequassem às exigências da disciplina e do ritmo do trabalho fabril. Isso foi conseguido à custa da imposição de condições agudas de exploração, que incluíam uma legislação laboral permissiva, baixos salários e a utilização inescrupulosa de mulheres e crianças no trabalho fabril (Hobsbawm, 1977a: 66-7).

O CICLO FERROVIÁRIO

Por volta de 1830, eram evidentes os impactos dinâmicos da indústria têxtil na Inglaterra. A mineração de carvão se desenvolvia de modo intenso, e de seu ventre nasceria uma invenção de importância transcendental: o transporte ferroviário. Segundo Hobsbawm (1977a: 60-1):

[A indústria do carvão] era grande o bastante para estimular a invenção básica que iria transformar as indústrias de bens de capital: a ferrovia. Pois as minas não só necessitavam de

8. Ver, também, Hobsbawm (1977a: 60).

9. Ver, também, Mazzucchelli (2004: 12-3).

máquinas a vapor em grande quantidade e de grande potência, mas também de meios de transporte eficientes para trazer grandes quantidades de carvão do fundo das minas até a superfície e especialmente para levá-las da superfície aos pontos de embarque. (...) Tecnicamente, a ferrovia é filha das minas e especialmente das minas de carvão do norte da Inglaterra. (...) Nenhuma outra inovação da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia¹⁰ (...) Mal tinham as ferrovias provado ser tecnicamente viáveis e lucrativas na Inglaterra (por volta de 1825-30), e planos para sua construção já eram feitos na maioria dos países do mundo ocidental (...).

A construção ferroviária não apenas reduzia os custos de transporte e enlaçava as regiões mais remotas — com impactos notórios sobre a circulação de mercadorias, a incorporação de novas áreas de produção, a ampliação dos mercados, as migrações e a própria defesa nacional — como produzia estímulos diretos sobre as indústrias de carvão, ferro e equipamentos. Tratava-se, portanto, de uma dinâmica interna ao Departamento I, com efeitos abrangentes sobre o conjunto das relações setoriais. Hobsbawm (1977a: 62) pondera que:

Era (...) imenso [o] apetite das ferrovias por ferro e aço, carvão, maquinaria pesada, mão de obra e investimentos de capital. (...) Nas primeiras duas décadas das ferrovias (1830-50), a produção de ferro na Grã-Bretanha (...) triplicou. A produção de carvão, entre 1830 e 1850, também triplicou (...). Esse enorme crescimento deveu-se prioritariamente à ferrovia. (...) Os avanços industriais, que pela primeira vez tornaram possível a produção em massa de aço, decorreriam naturalmente nas décadas seguintes.¹¹

10. “A estrada de ferro, arrastando sua enorme serpente emplumada de fumaça, à velocidade do vento, através de países e continentes, com suas obras de engenharia, estações e pontes formando um conjunto de construções que fazia as pirâmides do Egito e os aquedutos romanos e até mesmo a Grande Muralha da China empalidecerem de provincianismo, era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia” (Hobsbawm, 1977a: 61).

11. B. Oliveira (2002: 178) observa, a propósito, que, “[no] novo padrão de acumulação que se desenvolvia, os setores produtores de meios de produção iam assumindo a liderança na expansão econômica. O processo de acumulação na metalurgia, na mecânica, na mineração

Landes (1994: 160) também observa que:

o impacto das ferrovias sobre a indústria não deve ser subestimado. A curto prazo, elas criaram uma demanda de ferro sem precedentes (assim como de madeira, vidro, couro, pedra e outras substâncias usadas na fabricação de vagões e na construção de instalações fixas); além disso, requereram esses materiais numa ampla variedade de formas acabadas, que iam de itens relativamente simples, como trilhos e rodas, até motores e máquinas complicados, tudo isso dando um impulso especial aos ramos da metalurgia e da construção mecânica. Se somarmos a isso o efeito geral desse imenso investimento sobre a demanda de bens de consumo, parece lícito dizer que, na década de 1840, a construção de ferrovias foi o mais importante estímulo isolado ao crescimento industrial na Europa Ocidental.

A construção ferroviária na Inglaterra, pela própria escala de operações requerida — o que a diferenciava dos investimentos típicos da indústria têxtil — suscitou a transformação da forma de organização das empresas¹² e o apoio do sistema de crédito. Estima-se que a rede ferroviária mundial quintuplicou nos anos 1840! A participação da Inglaterra no financiamento dessa expansão e na provisão de equipamentos, insumos e tecnologia caracterizam uma hegemonia industrial e financeira que, tendo início no ciclo têxtil, se aprofundou e se consolidou no ciclo ferroviário. Não apenas se adensaram as relações inter-industriais na Inglaterra, como o seu sistema financeiro — sobretudo através dos *merchant banks* — ampliou suas operações internacionais, em grande medida financiando a construção ferroviária por todo o mundo.¹³

etc. dinamizava os ramos produtores de meios de consumo, que iam sendo relegados a uma posição subordinada nas relações intersetoriais do aparelho industrial”.

12. Marx (1966, I: 531) observa que “não existiriam estradas de ferro se para tanto fosse necessário aguardar que a acumulação permitisse a uns quantos capitalistas individuais se lançarem à construção de vias férreas. A centralização o conseguiu em um abrir e fechar de olhos, graças às sociedades anônimas”. Ver, também, B. Oliveira (2002:180); Hobsbawm (1977a: 64) e Collins (1991: 23).

13. “Outro importante grupo de instituições da City de Londres, os emergentes *merchant banks* — dentre os quais, os mais conhecidos eram os Rothschilds, Barings e Brown, Shipley & Co. — dirigiram seus esforços para duas áreas principais, nenhuma das quais incluía a indústria local. Como um grupo, essas instituições estavam fortemente envolvidas no provimento do crédito internacional e da “inteligência comercial”, e na emissão de títulos

Em 1830 havia cerca de algumas dezenas de quilômetros de ferrovias em todo o mundo — consistindo basicamente na linha Liverpool-Manchester. Por volta de 1840 havia mais de 7 mil quilômetros, por volta de 1850 mais de 37 mil. A maioria delas foi projetada numas poucas explosões de loucura especulativa conhecidas como as “coqueluches ferroviárias” de 1835-37 e especialmente de 1844-47; e a maioria foi construída em grande parte com capital, ferro, máquinas e tecnologia britânicos (em 1848, um terço do capital nas ferrovias francesas era inglês). (Hobsbawm, 1977a: 62.)

Se o impacto econômico da ferrovia foi decisivo na Inglaterra e no mundo — seus efeitos dinâmicos foram absolutamente centrais nos processos de industrialização dos Estados Unidos, Alemanha e França —, do ponto de vista tecnológico as inovações subjacentes, assim como no ciclo têxtil, não guardaram relação mais estreita com os avanços da ciência:

Do ponto de vista tecnológico, as inovações do ciclo ferroviário não se diferenciavam expressivamente daquelas do ciclo têxtil, pois apareciam como simples desdobramentos dos avanços alcançados durante a Revolução Industrial. As inovações mais importantes, como a própria estrada de ferro e, após 1850, o navio a vapor e os novos processos de fabricação do aço, surgiam como adaptações ou transformações de produtos e processos que não implicavam ruptura radical com a tecnologia da Revolução Industrial. Dessa forma, a nova tecnologia, tal como a do ciclo têxtil, não exigia conhecimentos científicos para sua geração, sendo dominada e produzida por homens práticos. (B. Oliveira, 2002: 177-8.)

A OFICINA DO MUNDO E AS INDUSTRIALIZAÇÕES ATRASADAS

O fato é que o ciclo ferroviário “completou” a Revolução Industrial na Inglaterra. A constituição do setor de meios de produção, como um des-

de longo prazo de governos e companhias de utilidade pública (ferrovias, por exemplo)” (Collins, 1991: 22-3).

dobramento do ciclo têxtil, configurou um processo histórico único, que, em meados do século XIX, permitia identificar a Inglaterra como a única nação “efetivamente industrializada”¹⁴ do mundo. O pioneirismo e a diversificação setorial de sua indústria, a subordinação dos interesses agrários, a quebra das resistências mercantilistas, a dimensão internacional de suas finanças, a extensão de seu império formal e a supremacia de sua marinha tornaram a Inglaterra uma nação sem rivais. Sua economia, ao mesmo tempo, era um motor dinâmico cujos efeitos se difundiam por todos os continentes. Na verdade, a economia britânica passou a propagar estímulos que viriam ser captados (de modo diferenciado) pelos distintos países. A força desses estímulos tornou-se irresistível, o que redundou na difusão do capitalismo em âmbito mundial.

É importante que se detalhem alguns aspectos. O primeiro diz respeito a uma característica central da própria estrutura produtiva inglesa. Se é verdade que o setor de meios de produção havia se consolidado e assumido a liderança do processo de acumulação, não se configuravam ainda — desde uma perspectiva mais ampla — barreiras tecnológicas e financeiras intransponíveis, que impedissem o acesso de novos produtores ao mercado. Isso explica não apenas a permanência das formas tradicionais de organização da produção na Inglaterra (empresas familiares financiadas pelo reinvestimento dos lucros correntes) como a possibilidade de que os avanços da industrialização inglesa fossem reproduzidos nos países atrasados.¹⁵

A simplicidade tecnológica, a prevalência de formas tradicionais de organização empresarial e o financiamento da expansão a partir dos lucros correntes, por outro lado, explicam a permanência de uma característica já mencionada na Inglaterra no ciclo têxtil, que é a ausência de relações mais estreitas entre os bancos e a indústria. Os bancos e demais agentes financeiros, em sua relação com a indústria britânica, continuaram a operar, basicamente, através do crédito comercial de curto prazo. Se esse padrão de relacionamento, de um lado, atendia aos requisitos de financiamento da indústria, de outro, cristalizava as formas tradicionais de organização empresarial. A City,

14. “Em 1848, somente uma economia estava efetivamente industrializada — a inglesa — e consequentemente dominava o mundo” (Hobsbawm, 1977a: 187).

15. B. Oliveira (2002: 178-9). Em relação à difusão do padrão industrial inglês nos países atrasados (Estados Unidos, Alemanha e França, em um primeiro momento), assinala-se, por ora, que “é esta dimensão do capitalismo concorrencial — a impossibilidade do controle monopólico da tecnologia — que explica, em última instância, por que os países atrasados puderam criar uma estrutura produtiva tecnologicamente semelhante àquela da Inglaterra” (B. Oliveira, 2002: 221).

assim, derivou sua força e sua influência não das relações que estabeleceu internamente com a indústria, mas de seu caráter internacional e das múltiplas operações financeiras que veio estabelecer em escala mundial.

Qualquer que fosse a natureza da tecnologia, a forma de organização das empresas ou o perfil das relações entre bancos e indústria, a Inglaterra, em meados do século XIX, era a “oficina do mundo”. O período 1848-75 é denominado por Hobsbawm como a Era do Capital. Trata-se, em verdade, de um período de crescimento excepcional e de difusão mundial do capitalismo, com destaque para as industrializações atrasadas dos Estados Unidos, da Alemanha e da França. Trata-se do período em que o livre-cambismo estabeleceu novos padrões de complementaridade entre os interesses dominantes na Inglaterra e o resto do mundo. A forma assumida pelo relacionamento entre a Inglaterra e os distintos países dependeu, naturalmente, das condições econômicas, sociais e políticas prevalentes em cada caso: nos países com avançado grau de mercantilização e difusão da produção manufatureira ou fabril (EUA e Europa Ocidental), a industrialização inglesa pôde ser mimetizada; nos “domínios brancos” (Canadá, Austrália e Nova Zelândia), os emigrantes europeus estruturaram economias exportadoras com base no trabalho assalariado; na América Latina, a ruptura do pacto colonial permitiu certos avanços nos circuitos mercantis internos e alguns progressos na área da infraestrutura, mas não foi suficiente para emancipá-la da condição de exportadora (escravista, ainda, como no caso do Brasil) de produtos primários; em alguns países da África e da Ásia, por fim, a Inglaterra não hesitou em usar a força das armas para impor os seus desígnios. Dessa forma, “ampliava-se o campo da concorrência em âmbito mundial, e o livre fluxo de mercadorias, de capital e de força de trabalho ligava os cinco continentes, numa articulação na qual o capitalismo inglês assumia posição hegemônica” (B. Oliveira, 2002: 192).

Na perspectiva dos interesses industriais dominantes na Inglaterra, o livre-cambismo objetivava a importação de alimentos e matérias-primas a baixos preços e a abertura de mercados externos para a indústria. A revogação das Corn Laws em 1846 é o marco que representa a subordinação definitiva dos interesses agrários às necessidades do capital industrial. Uma vez derrotado o conjunto de interesses que se opunha ao livre-cambismo, foi possível estabelecer uma articulação vitoriosa que incluía, além dos industriais, os bancos e as seguradoras, o capital comercial e a marinha mercante.¹⁶

16. B. Oliveira (2002: 182-6).

Em relação aos Estados Unidos e à Europa, a adesão ao livre-cambismo não apenas era conveniente aos exportadores de produtos primários, como benéfica aos interesses industriais emergentes. A importação de meios de produção e de capitais da Inglaterra, no momento em que o ciclo ferroviário se propagava nesses países, significava a possibilidade de captar internamente o dinamismo da economia inglesa e avançar rumo à industrialização.¹⁷

Se é verdade que o futuro da economia americana só seria decidido com o final da Guerra de Secessão, e que a unificação de Bismarck foi decisiva para a hegemonia alemã na Europa Continental a partir da década de 1870, é essencial assinalar que, previamente a esses eventos, o processo de industrialização já tomava corpo nesses países (assim como na França). As descontinuidades técnicas e, sobretudo, financeiras puderam ser superadas através da ação do Estado, da adequação das formas de organização das empresas e dos bancos e da própria articulação com a Inglaterra. Do ponto de vista tecnológico, como já observado, as inovações do ciclo ferroviário eram assimiláveis, posto que incorporadas e difundidas por trabalhadores especializados (muitos deles ingleses, que emigravam para o continente ou para os EUA). Os requisitos financeiros — inegavelmente superiores aos vigentes no ciclo têxtil — implicavam a necessidade de um grau de centralização de capital monetário, que pôde ser atendido pelo Estado, pela adoção das sociedades anônimas, pela atuação dos bancos de investimento e pelo próprio financiamento externo da Inglaterra. A oferta de meios de produção (máquinas, equipamento e insumos), por fim, foi completada pelas exportações inglesas. O livre-câmbio, no contexto do capitalismo concorrencial, permitiu, assim, que a industrialização avançasse nos países atrasados.¹⁸

Em relação às industrializações atrasadas, há um aspecto essencial a ser destacado.¹⁹ Nesses países, a implantação da indústria têxtil, em inícios do século XIX, não foi suficiente para precipitar o processo de industrialização. A concorrência inglesa nos mercados externos e o reduzido grau de mercantilização das economias impediam a generalização da produção fabril e o aprofundamento das relações capitalistas. As fábricas têxteis representavam, aí, ilhas em um meio heterogêneo: conviviam com a produção artesanal, com mercados locais e relações autárquicas, fenômenos associa-

17. Idem: 187-8

18. Idem: 222-31; 235.

19. Idem: 216-21.

dos à extensão dos territórios e às próprias limitações do sistema de transportes. Não havia, em outras palavras, um mercado nacional unificado.

Foi a ferrovia que revolucionou a vida econômica desses países: abrindo e integrando mercados, alcançando regiões até então isoladas, reduzindo os custos de transporte, permitindo o deslocamento de trabalhadores e estabelecendo relações interindustriais avançadas (demanda de ferro, carvão, máquinas), a ferrovia alterou radicalmente a fâcies econômica dos Estados Unidos, da Alemanha e da França.²⁰

Se é verdade que a ferrovia, em si e por si, não explica o processo de industrialização, não há dúvida de que os países de capitalismo atrasado puderam e souberam captar internamente os efeitos dinâmicos da construção ferroviária.²¹ E, aqui, a articulação com a Inglaterra foi decisiva: importando máquinas inglesas — que “logo puderam ser fabricadas nos Estados Unidos, na França e na Alemanha”²² —, apropriando-se dos conhecimentos técnicos pela imigração de trabalhadores especializados ingleses, contando com o financiamento externo inglês e complementando a oferta doméstica de insumos e equipamentos com importações inglesas, os países atrasados conseguiram progressivamente estabelecer um padrão produtivo semelhante ao da Inglaterra. Esse *catching up* representou, na verdade, um salto: enquanto a industrialização inglesa processou-se, sem descontinuidades, do setor de bens de consumo (têxtil) para o setor de meios de produção, nas industrializações atrasadas, a implantação do setor de meios de produção representou uma mudança qualitativa *vis-à-vis* a estrutura econômica preexistente. E essa mudança só se tornou possível porque, para além das especificidades nacionais, a tecnologia de ponta era passível de apropriação e a livre circulação de mercadorias, de capital e de trabalhadores — vale dizer, o livre-cambismo — antes favoreciam do que inibiam a industrialização:

Na Inglaterra, o desenvolvimento do capitalismo processou-se sem saltos, já que o próprio padrão de acumulação do ciclo têxtil gerava as condições para o ciclo ferroviário. (...) [Por outro lado], os países atrasados, ao se industrializarem, estavam realizando um verdadeiro salto, dadas as descontinuidades que se apresentavam entre suas estruturas econômicas e as exigências do processo de industrialização. (B. Oliveira, 2002: 220.)

20. Idem: 217-8.

21. Idem: 219.

22. Idem: 221.

Já na América Latina, nos “domínios brancos”, na Ásia e África, a articulação com a Inglaterra — sob a égide do livre-câmbio — redundou na formação *latu sensu* de uma periferia “funcional”,²³ produtora de matérias-primas, alimentos e fronteira de expansão dos bancos e intermediários financeiros ingleses. Os impactos dessa articulação, como já observado, foram, também aí, distintos: na América Latina, as transformações sociais e econômicas não foram radicais, exceção feita à implantação da infraestrutura de apoio às exportações (ferrovias, basicamente) financiadas por capitais ingleses; nos “domínios brancos”, o vazio econômico e demográfico foi ocupado por emigrantes europeus e capitais ingleses que constituíram um importante núcleo exportador, e na Ásia e África a prevalência dos interesses ingleses em muitos casos redundou na destruição de estruturas milenares. Assim, ao mesmo tempo que a Pax Britannica “impulsionou as industrializações retardatárias no continente europeu e na Nova Inglaterra”, ela “constituiu a nova periferia e destruiu os sistemas produtivos dos impérios milenares” (Tavares & Belluzzo, 2004: 113).²⁴

A expansão mundial do capitalismo sob a liderança inglesa até a Grande Depressão redundou, destarte, em um processo assimétrico, no qual apenas algumas nações se industrializavam e começavam a alcançar o patamar produtivo da Inglaterra. A força dessa expansão foi inegável: entre 1850 e 1870, “a produção mundial de carvão multiplicou-se por duas vezes e meia [e] a produção de ferro multiplicou-se por quatro vezes. A força total de vapor, porém, multiplicou-se por quatro vezes e meia (...)” (Hobsbawm, 1977b: 59). O comércio internacional se expandiu de modo impressionante: “no decorrer da década de 1870, uma quantidade anual de cerca de 88 milhões de toneladas de mercadorias foi trocada entre as nações mais importantes, comparadas com os 20 milhões de 1840”.²⁵ Em 1840 havia 4.500 milhas de ferrovias em todo o mundo; em 1870, já eram 128.200 milhas.²⁶ Segundo Hobsbawm, o mundo, em 1875, era “mais conhecido do que nunca fora antes. (...) Porém, mais importante que o mero conhecimento, as mais remotas partes do mundo estavam agora começando a ser interligadas por meios de comunicação que não tinham precedentes pela

23. Belluzzo (1999: 92).

24. Ver, também, B. Oliveira (2002: 191-2).

25. Hobsbawm (1977b: 69). A expansão do comércio internacional abarcou a “periferia funcional”: “Em 35 anos [1840-75], o valor das trocas entre a mais industrializada das economias [Inglaterra] e as regiões mais atrasadas ou remotas do mundo havia se multiplicado por seis”. Idem, *ibidem*.

26. Idem: 73.

regularidade, pela capacidade de transportar vastas quantidades de mercadorias e número de pessoas e, acima de tudo, pela velocidade: a estrada de ferro, o barco a vapor, o telégrafo. (...) [Os] trilhos, o vapor e o telégrafo praticamente enlaçavam o globo.”²⁷

A “oficina do mundo” difundiu as relações capitalistas por todo o mundo e, com elas, suas contradições: em pouco tempo a indústria inglesa seria superada pela indústria americana e alemã, as rivalidades internacionais começariam a se tornar irreversíveis, ao mesmo tempo que vários países, regiões e populações (América Latina, África e Ásia) permaneceriam passivos — ou vítimas! — em face da expansão internacional. Desse modo, a ordem internacional proposta e liderada pela Inglaterra ao longo do século XIX produziu um resultado extremamente importante. Dado que “a relação mantida pelas nações em sua participação no mercado mundial não era uniforme”,²⁸ alguns países tiveram condição de captar o dinamismo da economia inglesa, enquanto outros permaneceram irremediavelmente defasados e subordinados. Os primeiros, ao se expandirem, alcançaram padrões tecnológicos, organizacionais e institucionais mais elevados, o que, ao final, terminou por solapar as bases da própria ordem comandada pela Inglaterra.

Existe um último aspecto a ser destacado. O dinamismo industrial da Inglaterra determinava crescentes importações de alimentos e matérias-primas que redundavam, mesmo frente à expansão das exportações, em déficits recorrentes de sua balança comercial. As transações correntes inglesas eram, contudo, superavitárias, dado o peso dos juros, lucros, fretes e seguros apropriados pela Inglaterra no exterior. Esse superávit, por sua vez, propiciava a exportação de capitais, reforçando a posição hegemônica das finanças britânicas (City) nos circuitos financeiros internacionais.²⁹

Quando, em meio à Grande Depressão, o poderio industrial da Inglaterra veio a ser suplantado pelas pujantes economias rivais dos Estados Unidos e Alemanha, tornou-se cada vez mais nítida a dependência da economia inglesa das operações internacionais da City, dos serviços da marinha mercante e das relações com o império formal (destacadamente a Índia) e informal.

27. Idem: 71; 77.

28. B. Oliveira (2002: 199).

29. Idem: 192-5.

A GRANDE DEPRESSÃO E A II REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A Grande Depressão (1873-96) representa um ponto de inflexão na trajetória do capitalismo no século XIX. Ela marca a transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista. Marca, também, o momento em que a “oficina do mundo” se torna progressivamente obsoleta, com a indústria inglesa perdendo uma liderança até então inquestionável. No final da Grande Depressão, a economia e a política mundiais haviam sofrido transformações radicais: a euforia efêmera da Belle Époque apenas disfarçou a exacerbação das rivalidades que iriam desaguar na carnificina de 1914-18.

Talvez a primeira questão a ser respondida seja: Por que a Depressão não foi Grande? Hobsbawm (1988: 58-9) chama a atenção para esse ponto:

[Entre] 1873 e meados dos anos 1890, a produção mundial, longe de estagnar, continuou a aumentar acentuadamente. Entre 1870 e 1890, a produção de ferro dos cinco principais países produtores mais do que duplicou (de 11 para 23 milhões de toneladas); a produção de aço, que agora passa a ser o indicador adequado do conjunto da industrialização, multiplicou-se por vinte (de 500 mil para 11 milhões de toneladas). O crescimento do comércio internacional continuou a ser impressionante (...). Foi exatamente nessas décadas que as economias industriais americana e alemã avançaram a passos agigantados (...). Muitos dos países ultramarinos recentemente integrados à economia mundial conheceram um surto de desenvolvimento mais intenso que nunca (...). O investimento estrangeiro na América Latina atingiu níveis assombrosos nos anos 1880, quando a extensão da rede ferroviária argentina foi quintuplicada. Será que um período com um aumento tão espetacular da produção podia ser descrito como uma “Grande Depressão”?

A Grande Depressão, na verdade, foi a Grande Deflação: “em um século globalmente deflacionário, nenhum período foi mais drasticamente deflacionário que 1873-96, quando o nível de preços britânico caiu em 40%” (Hobsbawm, 1988: 61). Nesse período, a agricultura foi particularmente penalizada: o preço dos produtos agrícolas despencou. Em 1894 o preço do trigo era cerca de dois terços inferior ao registrado em 1867 (Hobsbawm, 1988: 60). Na observação de B. Oliveira (2002: 242), “a célere constru-

ção ferroviária do terceiro quartel do século XIX e a extensa incorporação de novas áreas à produção resultaram em substancial aumento da oferta de produtos agrícolas, e o período da Grande Depressão vai caracterizar-se por persistentes quedas de preços dos produtos primários”.³⁰ No que se refere à Europa, o colapso dos preços trouxe sérios problemas para os trabalhadores agrícolas, que em inúmeros países ainda representavam a maioria esmagadora da força de trabalho masculina (apenas na Inglaterra sua participação era reduzida). Foi a partir daí que se deu, nos anos 1880, o enorme fluxo das migrações ultramarinas: países como Itália, Espanha e Áustria-Hungria, entre outros, assistiram à emigração em massa de trabalhadores rurais. Vitimados pela angústia e pela impotência em face da contração de preços e confrontados com o esgotamento das perspectivas em suas nações de origem, a única alternativa que se apresentou a milhões de trabalhadores foi a busca da sorte em terras distantes (Hobsbawm, 1988: 61).

Há um fato, contudo — talvez o mais importante —, que não pode ser desconsiderado: em um ambiente deflacionário, a concorrência entre os capitais tende a se tornar mais aguda. Ora, esse é exatamente o momento em que a industrialização dos Estados Unidos e da Alemanha já estava consolidada. Tratando-se de economias jovens, e preparadas politicamente (a Guerra de Secessão termina em 1865 e a unificação de Bismarck é completada em 1871), prontamente trataram de se organizar em termos mais avançados que a Inglaterra. Assim, sob o acicate da concorrência — magnificada pela deflação — as economias de industrialização recente inovaram em termos tecnológicos, financeiros e organizacionais, desenvolveram políticas protecionistas e se lançaram à conquista de novas áreas de influência. À Inglaterra não restava senão o estreitamento (e a defesa) de suas relações com o império formal e informal, o que redundava — sobretudo através da exportação de capitais — em estímulos dinâmicos ao comércio internacional. Deflação, intensificação da concorrência internacional e expansão econômica mundial parecem, assim, se combinar:

Arrighi aponta corretamente para a intensificação da concorrência — entre os sistemas empresariais e financeiros da industrialização originária e aqueles recém-constituídos sob a forma monopolista — como o fator capaz de explicar a aparente

30. Os países primário-exportadores, de outra parte, foram contemplados pelo forte fluxo de exportação de capitais dos países industrializados.

contradição, apontada por alguns estudiosos, entre a deflação prolongada de preços e a rápida acumulação de capital. (Belluzzo, 1999: 92.)

As transformações observadas no último quartel do século XIX foram múltiplas e conexas:

- Geração dos elementos que irão conformar a II Revolução Industrial: aço, motor a combustão interna, química fina e eletricidade, com a incorporação da ciência aos processos de produção;
- Aumento das escalas de produção, com a conseqüente centralização do capital produtivo e o controle dos mercados por grandes empresas;
- Concentração do sistema bancário;³¹
- Difusão das sociedades anônimas como forma de organização das empresas;
- Estreitamento das relações entre bancos e indústria através do crédito de capital (Alemanha) e da fusão de interesses entre os negócios bancários e industriais (EUA);³²
- Convergência explícita entre economia e política através da ação do Estado na imposição de tarifas protecionistas,³³ na promoção dos negócios³⁴ e na corrida imperialista.

Convém esclarecer que a maior parte dessas transformações não se apresentou de modo súbito. Não foi de um momento a outro que a livre concorrência se transfigurou em monopólio, que o novo padrão tecnológico

31. As fusões bancárias foram particularmente intensas na Inglaterra: "As fusões entre os bancos destacaram-se por sua dramática dimensão. Houve uma sucessão de 'ondas' de fusões, sobretudo no final dos 1880 e início dos 1890, com um total de 67 fusões entre 1888 e 1894" (Collins, 1991: 29-30). Neste processo, tornou-se incontestável a preponderância dos Big Five: Barclays, Lloyds, Midland, National Provincial e Westminster.

32. "Enquanto na Alemanha a estreita relação entre bancos e indústria já estava estabelecida mesmo antes da cartelização da economia, nos Estados Unidos o amálgama entre negócios bancários e industriais deu-se depois de 1870. Magnatas da indústria e da estrada de ferro tornavam-se também banqueiros, e banqueiros passavam a controlar as indústrias" (B. Oliveira, 2002: 238).

33. "[O] protecionismo (...) é a economia operando com a ajuda da política" (Hobsbawm, 1988:102).

34. Referindo-se aos Estados Unidos, Tavares & Belluzzo (2004: 115) observam: "A porosidade do poder político aos interesses privados deu origem a um Estado plutocrático, na medida em que não só os grupos econômicos mais poderosos se desenvolveram à sua sombra e sob seu patrocínio, mas também se valeram da permissividade das instituições liberais. (...) O escritor Kevin Phillips (...) sugere que, desde a Guerra Civil, essa precariedade institucional sustentou o avanço das sucessivas gerações de 'barões ladrões' que transformaram a economia e comandaram a política americana".

se implantou ou que as formas mais avançadas de organização da empresa capitalista se cristalizaram. As novas características estruturais do capitalismo configuraram um *processo*, que apenas teve início ao longo da Grande Depressão. É tão somente na aurora do século XX que seus contornos se tornarão mais nítidos. A Grande Depressão foi, como já sublinhado, uma *fase de transição*, onde os elementos da etapa concorrencial e monopólicia ainda conviviam e se entrelaçavam:

Apesar dos avanços no processo de centralização de capitais, os monopólios ainda não eram generalizados e as empresas individuais típicas do capitalismo concorrencial ainda dominavam a estrutura econômica. Por outro lado, também o novo padrão tecnológico ainda não era dominante, com a exceção do aço, cuja produção supera a do ferro no período. Assim, os ramos da produção baseados na antiga tecnologia dominavam a economia no momento em que estavam ainda em gestação os setores ligados ao novo padrão técnico. (B. Oliveira, 2002: 238.)³⁵

As transformações, contudo, avançavam. Nos Estados Unidos e na Alemanha, os mercados (sobretudo nas indústrias de aço, petróleo e química) iam sendo dominados por grandes empresas — o que provocava reações, como a legislação antitruste nos EUA³⁶ —, os bancos participavam ativamente na estruturação e na condução dos negócios, e as inovações eram progressivamente disseminadas no aparato produtivo. A centralização do capital, nesses países, foi se impondo de modo inexorável. A Inglaterra não acompanhou esse processo: seu sistema bancário nunca teve um envolvimento mais profundo com a indústria, e esta — em razão dos vultosos investimentos pretéritos (1850-70) — não apenas revelava elevados níveis de imobilização, como exibia formas de organização ainda tradicionais. Enquanto os bancos ingleses se concentravam e, mais do que nunca, se voltavam para o financiamento de operações internacionais, a indústria britânica permanecia refém de sua estrutura concorrencial:

35. Ver, também, B. Oliveira (2002: 236), Hobsbawm (1977b: 64) e Hobsbawm (1988: 75-76; 81).

36. O Sherman Act, que dá início à legislação antitruste nos EUA, é de 1890. Tavares & Belluzzo (2004: 116) observam que "os chamados movimentos 'populistas' foram tentativas — efêmeras e recorrentes — de interromper o processo de fusão entre os grandes negócios e o Estado. A Era Progressiva do começo do século XX foi um momento de rebelião 'democrática' dos pequenos proprietários, dos novos profissionais liberais e das massas trabalhadoras contra o poder dos bancos e das grandes corporações". Ver adiante pp. 187-8.

[A] explicação última para as maiores dificuldades da economia inglesa deve ser buscada em sua própria estrutura econômica. O padrão do sistema bancário inglês, especializado no financiamento do comércio internacional e nos empréstimos externos, e a ausência de relações diretas entre bancos e indústrias bloqueavam a adoção de formas mais avançadas de organização da produção. (...) [Na] Inglaterra a firme estrutura concorrencial implantada retardava o surgimento de novos padrões técnicos e financeiros.

Na verdade, para que a economia inglesa pudesse seguir os passos de seus novos concorrentes ela teria que negar-se a si própria: o sistema bancário deveria limitar suas operações com o exterior (...) e transformar-se em financiador direto da indústria. Esta última, por seu turno, teria de esterilizar os investimentos já realizados para que pudesse surgir a grande empresa oligopólica. (B. Oliveira, 2002: 240-1.)

Se a Inglaterra progressivamente perdia a condição de “oficina do mundo”, o mesmo não se pode afirmar de sua condição de “banqueira do mundo”. Entre 1870 e 1890, a preeminência de Londres como centro financeiro internacional era indiscutível: quer no financiamento do comércio internacional, quer nos empréstimos aos países, quer na gestão do padrão monetário internacional — cuja cúspide era o Banco da Inglaterra — era Lombard Street que coordenava as finanças mundiais. Mesmo a emergência de Paris e Berlim como centros financeiros rivais, a partir de 1890, foi incapaz de ofuscar a liderança inglesa nas finanças internacionais.³⁷

O economista italiano Marcello De Cecco (...) mostra que, entre 1870 e 1890, havia um predomínio incontrastado de Londres, como centro de intermediação financeira. (...)

37. “Londres manteve seu monopólio tradicional sobre o comércio de ouro (...) Quantidades substanciais de recursos tornaram-se disponíveis para as colônias e domínios, os quais eram regularmente investidos em Londres. (...) Nas últimas duas décadas de nosso período [1890-1914], Londres manteve a supremacia nos empréstimos internacionais de curto prazo, ou seja, no financiamento do comércio mundial. (...) Outros centros financeiros também se lançaram à aceitação e desconto de notas de comércio exterior (*foreign trade bills*). Nenhum deles, contudo, conseguiu rivalizar com Londres em 1914. Londres também permaneceu como o principal mercado para a colocação de títulos governamentais dos distintos países” (De Cecco, 1974: 104-6).

A liderança do sistema financeiro inglês estava assentada no grande desenvolvimento dos bancos de depósito, o que havia permitido a Londres assegurar-se do financiamento do comércio de todo o mundo. Segundo De Cecco, a Inglaterra possuía, então, todos os requisitos para o exercício desta função de “financiadora do mundo”: a moeda nacional, a libra era reputada a mais sólida entre todas e, por isso, mantinha uma sobranceira liderança enquanto intermediária nas transações mercantis e como instrumento de denominação e liquidação de contratos financeiros. O rápido crescimento e a impressionante concentração dos bancos de depósito colocavam à disposição esta matéria-prima para o desconto de cambiais emitidas em vários países. (Belluzzo, 1999: 93.)

Ao mesmo tempo que progressivamente perdia a supremacia industrial no mundo, a Inglaterra estreitava os laços com seu imenso império colonial — particularmente com a Índia, “*brightest jewel in the imperial crown*” —, mercado cativo para o qual se destinava a maior parte das exportações britânicas. Era através do superávit obtido nas transações com o império que a Inglaterra financiava suas importações de alimentos e matérias-primas e compensava as perdas sofridas no mercado mundial.

A perda da posição competitiva da Inglaterra nos mercados da maior parte das nações independentes contrasta com a posição de total supremacia mantida no comércio com o império, onde a Inglaterra mantinha o monopólio virtual de exportação. Manter essa posição tornou-se uma questão de vital importância (...).

Embora a Inglaterra fosse progressivamente excluída dos mercados europeus e latino-americanos pela Alemanha e pelos Estados Unidos, ela conseguiu criar o excedente de exportações necessário ao ajustamento de suas transações comerciais externas através do monopólio dos mercados imperiais, onde seus produtores podiam descarregar os bens que tinham dificuldade de vender em outros países.

A solução da equação do balanço de pagamentos da Inglaterra, como vimos, foi encontrada pela criação e manutenção

*do superávit comercial com o Império, principalmente com a Índia. (De Cecco, 1974: 28; 34-5; 37.)*³⁸

Desse modo, se a indústria britânica (sobretudo nas novas tecnologias) perdia terreno para os concorrentes, o papel crucial da City nas relações financeiras internacionais, a importância econômica do império e a supremacia de sua marinha mercante, ainda faziam da Inglaterra uma nação singularmente forte. Pode-se afirmar que os fundamentos produtivos de sua hegemonia estavam sendo erodidos, mas não se pode afirmar que esta já pertencesse ao passado. A Inglaterra ainda era o centro do mundo.

[O] pluralismo crescente da economia mundial [basicamente, a emergência de novas nações industrializadas] ficou, até certo ponto, oculto por sua persistente e, na verdade, crescente dependência dos serviços financeiros, comerciais e da frota mercante da Grã-Bretanha. Por um lado, a City de Londres era, mais que nunca, o centro de operações das transações comerciais internacionais (...). Por outro lado, o enorme peso dos investimentos britânicos no exterior e de sua frota mercante reforçou ainda mais a posição central do país, numa economia mundial que girava em torno de Londres e se baseava na libra esterlina. (...) Na verdade, a posição central da Grã-Bretanha por ora estava sendo reforçada pelo próprio desenvolvimento do pluralismo mundial. (...) Assim, o relativo declínio industrial britânico reforçou sua posição financeira e sua riqueza. (Hobsbawm, 1988: 80-1.)

AS RIVALIDADES INTERNACIONAIS E A ECLOSÃO DA GUERRA

As considerações anteriores apontam para um desfecho inevitável: o agravamento das rivalidades internacionais. Enquanto os Estados Unidos e a Alemanha progressivamente tomavam a dianteira na produção industrial,

38. Hobsbawm (1988: 111) observa que, "para a economia britânica, preservar o mais possível seu acesso privilegiado ao mundo não europeu era, portanto, uma questão de vida ou morte. No final do século XIX, o sucesso obtido nesse terreno foi notável, estendendo incidentalmente a área controlada oficial ou efetivamente pela monarquia britânica a um quarto da superfície do globo (...). Se incluirmos o assim chamado 'império informal' de Estados independentes que na verdade eram economias satélites da Grã-Bretanha, talvez um terço do planeta fosse britânico em sentido econômico e, na verdade, cultural".

e outros países se industrializavam, a Inglaterra mantinha a hegemonia mundial pela força de suas finanças, de seu império e de sua marinha. O protecionismo e a busca de áreas de influência, que resultou na corrida colonialista da virada do século, indicavam que a economia e a política se entrelaçavam de modo inextricável:

*[O] capitalismo mundial nesse período [anos 1880] foi claramente diferente do que fora nos anos 1860. Agora, ele consistia numa pluralidade de "economias nacionais" rivais, "protegendose" umas das outras. Em suma, a política e a economia não podem ser separadas na sociedade capitalista, assim como a religião e a sociedade não podem ser isoladas nas regiões islâmicas. (Hobsbawm, 1988: 104.)*³⁹

A "guerra de todos contra todos" era um fenômeno vivo, perceptível na escalada protecionista e no avanço sobre as áreas periféricas. Em meio ao boom posterior à Grande Depressão, o avanço sobre a África e a Ásia foi avassalador:

*Entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído como colônia entre meia dúzia de Estados. A Grã-Bretanha aumentou seus territórios em cerca de dez milhões de quilômetros quadrados, a França em cerca de nove, a Alemanha conquistou mais de dois milhões e meio, a Bélgica e a Itália pouco menos que essa extensão cada uma. Os EUA conquistaram cerca de 250 mil, principalmente da Espanha, o Japão algo em torno da mesma quantidade às custas da China, da Rússia e da Coreia. (Hobsbawm, 1988: 91.)*⁴⁰

De sua parte, a instabilidade política no coração da Europa era crescente. Desde a Guerra Franco-Prussiana (1870-71) e da formação do Império Ger-

39. "O mundo desenvolvido não era só uma massa de 'economias nacionais'. A industrialização e a Depressão transformaram-nas num grupo de economias rivais, em que os ganhos de uma pareciam ameaçar a posição de outras. A concorrência se dava não só entre empresas, mas também entre nações (...). O protecionismo expressava uma situação de concorrência econômica internacional." Idem: 68. Ver, também: 84; 114.

40. Ver, também: 109-10.

mânico (1871), o equilíbrio de poder na Europa Continental havia se rompido. A derrota militar, a perda da Alsácia-Lorena e o ônus das reparações que lhe foram impostas resultaram no enfraquecimento político da França. O fortalecimento da Alemanha, em contrapartida, tornara-se inquestionável: amparada pelo apoio do Estado, pelo entrelaçamento entre seus bancos e a indústria e pela absorção das inovações da II Revolução Industrial, a Alemanha rapidamente se converteu na principal força industrial do continente europeu. Os avanços na produção do carvão e do aço, a liderança nas indústrias elétrica, química e metalúrgica e o salto de sua população (que passou de 41 milhões em 1870 para 66 milhões em 1914, enquanto a população francesa permaneceu estagnada em 39 milhões) indicavam a emergência de uma nova potência no contexto europeu.⁴¹

No campo diplomático, as ações de Bismarck (1871-90) se guiaram pelo esforço sistemático na direção do isolamento político da França. Ainda em 1872, Bismarck organizou em Berlim o encontro dos três imperadores (Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia), com o propósito explícito de neutralizar a influência francesa na Europa. As relações entre a Áustria-Hungria e a Rússia, contudo, eram tensas, sobretudo em virtude da desagregação do Império Otomano. Os Bálcãs, em particular, eram objeto da cobiça das duas monarquias. Em 1877 a Rússia se lançou à guerra contra a decadente Turquia, e em 1878 a Áustria-Hungria ocupou a Bósnia-Herzegovina. No mesmo ano — com o Tratado de Berlim —, a Sérvia conquistou sua independência e logo se acenderam os desejos de formação da Grande Sérvia, incitando o nacionalismo nos territórios sob dominação austro-húngara. Face às dificuldades em compor os interesses da Rússia e da Áustria-Hungria, Bismarck finalmente se inclinou para a última, estabelecendo em 1882 a Tríplice Aliança, com a adesão da Itália. A Rússia, em contrapartida, se aproximou cada vez mais da França (em 1894 os dois países estabeleceriam uma aliança defensiva), o que deu origem ao embrião dos dois grandes blocos de interesses na Europa Continental.

41. A aliança entre a aristocracia prussiana *Junker* e a indústria pesada, forjada no interior do Estado alemão, resultou na formação de uma estrutura autocrática, onde a adoção de formas superiores de organização capitalista — e, com elas, o crescimento do proletariado industrial, a formação do Partido da Social-Democracia (1875), a introdução pioneira da legislação social (1881) e os avanços no sistema educacional e na pesquisa tecnológica — convivia com a força dos interesses agrários e a prevalência de uma elite militar e política de extração abertamente conservadora. Ver Kemp (1987: 78-113), para quem “a industrialização alemã provou ser compatível com a preservação de uma classe dominante agrária firmemente estabelecida e um estado dinástico de traços conservadores e militaristas” (1987: 104).

A fragilização do Império Otomano, ao mesmo tempo, precipitou a ocupação do canal de Suez pela Inglaterra em 1882, deslocando a influência francesa no Egito. A resposta da França foi a expansão de sua presença no noroeste da África, através da ampliação do domínio sobre a Argélia e a Tunísia e da ocupação do Marrocos. As relações entre a Inglaterra e a França alcançaram um momento particularmente tenso na África em 1898 (Fashoda), quando suas tropas estiveram à beira de um enfrentamento. Foi somente em 1904, com a Entente Cordiale, que as relações entre as duas potências se estabilizaram: as influências respectivas sobre o Egito (Inglaterra) e o Marrocos (França) foram reconhecidas, e os dois países firmaram o compromisso explícito em não serem arrastados para campos opostos na guerra que eclodiu entre a Rússia e o Japão no mesmo ano (em 1902 a Inglaterra havia concluído uma aliança com o Japão).

Desde a ascensão de Guilherme II em 1888, foi se tornando cada vez mais viva na Alemanha a ideia de que o país estaria submetido a um cerco político e diplomático pela Inglaterra, França e Rússia. O próprio Bismarck, referindo-se à África, já havia afirmado que “meu mapa da África está na Europa. Aqui está a Rússia e aqui está a França; nós estamos no meio. Eis o meu mapa da África!” (Henig, 2005: 6). A vizinhança do colosso russo, em particular, com seus mais de 130 milhões de habitantes, e em franco processo de industrialização, representava um estorvo permanente para os estrategistas alemães. A partir da queda de Bismarck em 1890, a Alemanha, definitivamente, se lançou em busca da afirmação contundente e explícita de seu poder no cenário europeu e mundial.⁴² Quer por razões essencialmente defensivas, quer por intenções manifestamente ofensivas (como se depreende das análises de A. J. P. Taylor, Fritz Fischer e Kemp, entre outros), as ações do Kaiser e da elite militar alemã redundaram na exacerbação das tensões internacionais.

Em fins dos anos 1890, teve início a corrida naval com a Inglaterra. Para a Alemanha, era chegado o momento de o país se contrapor à Armada Britânica e mostrar ao mundo a força de sua Marinha. Em 1905, com a inesperada (e desastrada) visita do Kaiser a Tanger, eclodiu a primeira crise do Mar-

42. Alguns historiadores associam a radicalização da política externa de Guilherme II a uma tentativa de aliviar as tensões sociais e políticas então existentes na Alemanha (Henig, 2005: 47-8). Para Abrams (1996: 58), “após 1890, o crescimento da política de massas, e a maior articulação das demandas e reivindicações através dos grupos de pressão e dos partidos políticos, ameaçavam desestabilizar o frágil *status quo* penosamente construído pelas elites dominantes. (...) A resposta das elites foi o recurso ao nacionalismo extremado, que implicava o imperialismo expansionista, a agressividade da política externa e o fortalecimento militar”.

rocos, cujo resultado não foi senão o fortalecimento da Entente. Em 1906, o lançamento dos encouraçados pela Inglaterra (*Dreadnoughts*) atizou a inveja do almirantado alemão e lançou as primeiras dúvidas em relação ao sucesso da corrida naval. Já no mesmo ano, começou a circular nos meios militares alemães o chamado Plano Schlieffen, que previa o ataque-relâmpago contra a França seguido da concentração de esforços para derrotar a Rússia. Em 1907, a Inglaterra concluiu os entendimentos com a Rússia — sua antiga rival nos assuntos da Ásia —, o que formalizou a formação Tríplice Entente. As opções políticas na Europa visivelmente se estreitavam, o que limitava os raios de manobra da diplomacia e anunciava o risco de as nações se envolverem em conflitos por força das alianças estabelecidas.

Em 1910, o reerguimento militar da Rússia, após a derrota para o Japão, atormentava as lideranças políticas na Alemanha: somente “uma boa dose de fé em Deus ou a esperança de uma revolução russa permitem o meu sono” —, confessou o chanceler alemão Bethmann Hollweg (Henig, 2005: 16). Em 1912, a presença de um navio de guerra alemão (*Panther*) em Agadir precipitou a segunda crise do Marrocos. Nesse então, já estava claro que a corrida naval havia sido vencida pelos britânicos. A avaliação, na Alemanha, era que a procrastinação de um provável enfrentamento militar com as potências da Tríplice Entente tornar-se-ia temerária, face à escalada do rearmamento da Rússia e à superioridade da Marinha britânica. Na visão do *staff* militar alemão, se a perspectiva de um conflito se tornava cada vez mais clara, o tempo, definitivamente, não era seu aliado. Seria mais seguro enfrentar a Entente o quanto antes; a demora poderia ser fatal.

A crise dos Balcãs condicionou a evolução dos acontecimentos. Em 1912 e 1913 eclodiram as duas guerras dos Balcãs, envolvendo a Sérvia, a Grécia, a Bulgária e a Turquia. Os conflitos resultaram no fortalecimento da Sérvia, criando apreensões junto ao Império dos Habsburgo. Ao final dos conflitos balcânicos, a decisão de a Áustria-Hungria invadir a Sérvia já estava tomada. O problema era a quase certa interveniência da Rússia em apoio à Sérvia: enfrentar uma guerra em duas frentes seria impossível para os austro-húngaros, a não ser que contassem com a sustentação do Império Germânico. Isso, por sua vez, tornava praticamente certa a generalização das hostilidades.

A competição pelo poder entre as nações, a exacerbação do nacionalismo e a rigidez do sistema de alianças revelavam a precariedade do equilíbrio internacional. A perspectiva de um confronto de maiores proporções lançou as nações envolvidas em uma corrida militar em 1912-14. As condições

para a paz tornavam-se cada vez mais débeis: a Alemanha exprimia sua intenção inequívoca em exercer a dominação da Europa Continental, e suas ambições expansionistas se viam ameaçadas pelo fortalecimento da gigantesca Rússia *vis-à-vis* a Áustria-Hungria. A Rússia, ao mesmo tempo, não podia admitir o controle dos Balcãs (Constantinopla e Dardanelos eram vitais para a rota de suas exportações) por um bloco germânico-austro-húngaro, e se aliou firmemente à Sérvia. O separatismo sérvio, de sua parte, minava a estabilidade do Império Austro-Húngaro. A França, por seu turno, se sentia ameaçada pelas pretensões expansionistas de uma Alemanha fortemente armada e industrialmente mais desenvolvida. A Inglaterra, por fim, não poderia assistir passivamente às redefinições do balanço de poder na Europa Continental. Na avaliação de Henig (2005: 59), “assim como a Alemanha buscava aumentar seu poder, a Inglaterra e a França buscavam contê-la, se necessário por meios militares”.

A sucessão dos episódios revela que a guerra não foi “um raio em céu azul”⁴³, nem o produto accidental de eventos fortuitos: em 28/6/1914 o arquiduque Francisco Ferdinando foi assassinado em Sarajevo; em 28/7/1914 a Áustria-Hungria declarou guerra à Sérvia; em 12/8/1914 já era a totalidade da Europa que estava em chamas. A fulminante transfiguração de um conflito localizado nos Balcãs em uma conflagração de âmbito mundial indica o quão profunda havia se tornado a rivalidade entre as nações.

A expectativa, ao se iniciarem os conflitos, era que a guerra terminasse “por volta do Natal”.⁴⁴ Entretanto, o flagelo interminável das trincheiras e a capacidade de destruição da geração de armamentos desenvolvida a partir da II Revolução Industrial redundaram em uma prolongada carnificina, que nos campos de combate eliminou 9 milhões de pessoas, às quais devem se somar 5 milhões de óbitos por privações e enfermidades, 7 milhões de incapacitados permanentes e 15 milhões de feridos. Era impossível que o mundo permanecesse o mesmo...

43. “Alguns liberais saudosistas ainda lamentam que a Primeira Guerra Mundial, como um raio em céu azul, tenha interrompido a plácida prosperidade que imperava entre o crepúsculo de um século e o nascimento de outro. Como toda evocação, também nesse caso o mito suplanta a boa investigação histórica. Entre o final dos Oitocentos e o começo dos Noventa, a lógica tresloucada da competição, das rivalidades imperiais e do individualismo agressivo levaram a economia à crise e o mundo à guerra” (Belluzzo: 1998).

44. “Os exércitos que marcharam para os campos de batalha em 1914, engalanados com flores pelas multidões embandeiradas que os saudavam, esperavam que a guerra terminasse ‘por volta do Natal’, como as guerras de 1866 ou 1870” (Overy, 1995: 8).